

A MALDIÇÃO DO TRABALHO
(Homens pobres, mendigos, ladrões. . . no imaginário
das elites nordestinas – 1850-1930)

Ariosvaldo da Silva Diniz

RESUMO

O trabalho investiga o processo de formação do trabalhador urbano na Paraíba, no período compreendido entre 1850-1930. A formação do trabalhador urbano foi entendida neste trabalho como o momento histórico de expropriação do homem livre pobre e o esforço da ordem dominante em enquadrá-lo na sociedade do trabalho.

Demonstra como a transformação do homem livre pobre ou ex-escravo em trabalhar assalariado não resultou apenas da sua condição de expropriação dos meios de produção. A expropriação do trabalhador dos seus meios de produção ou a privação deles não garantia, pura e simplesmente, a existência de um estoque de força de trabalho no mercado, já que esse mesmo homem pobre poderia recorrer a alternativas outras que não correspondessem às expectativas do capital.

Assim sendo, a inserção do homem livre pobre ou ex-escravo na sociedade de mercado, de maneira que ele viesse a se comportar como um vendedor de mercadoria (a sua força de trabalho), exigiu dos grupos dominantes a criação de estratégias de controle social que o constrangesse a se enquadrar nos limites da lei e da ordem, ou seja, na sociedade do trabalho. Essas estratégias de controle social se expressaram, no período aqui estudado, num duplo movimento, aparentemente contraditório, mas no fundo complementar. Por um lado, tratava-se da criação de um imaginário social burguês, fundado em normas e valores estruturados numa nova ética do trabalho,

que deveria funcionar como elemento de "convencimento" do homem pobre a integrar-se na sociedade de mercado possessivo. Por outro, tratava-se de criar novos dispositivos de vigilância e repressão que assegurassem o funcionamento da ordem social seriamente abalada com a redefinição das relações de trabalho.

Essa estratégia com duplo desdobramento, constitui-se no projeto político mais urgente e importante das elites dominantes brasileiras na passagem do século XIX para o século XX.

Desde a década de 1850, quando a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre passou a se colocar como uma exigência incontornável para muitos setores das elites no poder, pode-se observar como essas mesmas elites esboçam claramente, ainda que por meios divergentes, uma política de transição que tivesse o cuidado de garantir a dominação social dos proprietários, comerciantes e fabricantes.

O processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, ao contrário do que muitos autores afirmaram, não significou a passagem de formas pré-capitalistas para formas capitalistas ou uma suposta substituição de grupos agrários tradicionais por grupos burgueses. A transição representou muito mais uma continuidade do que uma ruptura. Afinal, a substituição do trabalho escravo pelo livre significou uma reorganização do trabalho no interior do próprio capitalismo, cujos mecanismos para a obtenção do lucro passam a se estruturar sobre novos elementos mais eficientes de controle e disciplina.

Mas essa reorganização do processo de trabalho implicou em alterações significativas entre as classes sociais, a começar pelos grupos dominantes que passaram por reajustes no seu imaginário social e nas suas práticas de dominação.

Esse reajuste nas classes dominantes passava, em primeiro lugar, pela construção de um imaginário social onde a noção de trabalho ocuparia um ponto de referência fundamental, pois tratava-se de internalizar nos elementos egressos da ordem escravista a noção do trabalho como um bem, o valor supremo regulador do pacto social. O conceito de trabalho, de atividade degradante e embrutecedora, própria a seres inferiores — animais e escravos — se erige, então, em princípio regulador do social, valor supremo regenerador dos indivíduos. Dessa forma, o trabalho passará a constituir-se no elemento pedagógico, educador dos corpos e das mentes.

A grande empresa moralizadora se instituirá a partir da criação de todo um dispositivo de vigilância e repressão para aqueles que resistissem a ingressar na sociedade do trabalho ou transgredissem suas regras.

O grande movimento de internamento dos pobres verificado no Brasil, na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras deste, com a criação de casas de trabalho, caridade, asilos, casas de detenção, escolas industriais, fábricas-prisões, fábricas-conventos ou simplesmente fábricas sem adjetivação, tinha como finalidade principal retirar da sociedade os loucos, vadios, mendigos, ladrões, prostitutas, camponeses expulsos de suas terras, ex-escravos, trabalhadores ocasionais, enfim, a chamada "escumalha" ou "rebotalho" de todas as categorias sociais e reconvertê-los em cidadãos úteis e plenamente moralizados pelo trabalho.

Sublinha-se em vários momentos deste trabalho como as práticas de confinamento das pessoas julgadas incapazes para o trabalho se constituiu numa preocupação constante das elites dominantes e caminhou acopladamente à grande empresa de transformação do homem pobre livre em trabalhador assalariado.

Neste sentido, vale ressaltar que as práticas disciplinares das casas de trabalho e instituições de confinamento do homem pobre, surgidas no século XIX no Brasil, foram precedidas neste mesmo país pela empresa colonial, que usando o trabalho escravo inaugurou uma nova mecânica de poder fundado na concentração de trabalhadores desituídos dos meios de produção e expropriados de qualquer saber técnico: o sistema de fábrica implantado com os engenhos de açúcar. Os engenhos de açúcar representaram de fato uma experiência pioneira do sistema de fábrica com todas as suas estratégias de constrangimento de uma grande massa de escravos a normas disciplinadoras e coercitivas.

A grande empresa de transformação do homem pobre em trabalhador disciplinado, na Paraíba, nos anos 1850-1930, resultou de um esforço das elites dominantes locais para impor um projeto de modernização na organização produtiva e nos equipamentos urbanos, sobretudo na Capital do Estado. Este conjunto de transformações apontavam para a instituição de uma nova ordem estruturada em novos padrões de disciplina e controle social que se expressam, na Paraíba, em práticas discursivas e não-discursivas visando pelo menos dois objetivos: 1) remodelar o espaço urbano, suas ruas, praças, jardins e serviços, de modo a instituir novas bases de convivência e hábitos tolerados em público; 2) reequipar a cidade com esta-

edificamentos comerciais e industriais mais racionais do ponto de vista produtivo, dotá-la com um porto que permitisse uma maior circulação de mercadorias, com instituições de confinamento da pobreza, retirando-a das ruas, etc.

Esse duplo movimento de modernização da economia e do espaço urbano convergiam para um só objetivo: instituir uma nova ordem cujos valores e normas se edificassem sob o princípio do trabalho. Nestes termos, as práticas discursivas e não-discursivas das elites dominantes tinham um objetivo concreto: submeter o homem pobre — fosse ele trabalhador ou vadio — à nova mecânica do poder.

Desse modo, modernizar a economia não era outra coisa que por em prática um modelo de organização social do trabalho onde o trabalhador se visse constringido a se submeter aos rígidos padrões da ordem, disciplina e controle por parte do proprietário dos meios de produção. E nenhuma instituição burguesa conseguiu tal intento melhor do que a fábrica mecanizada. De fato, o modelo manchesteriano do sistema de fábrica, vitorioso em praticamente todo o mundo industrializado, se converterá na instituição por excelência onde tudo isso se efetiva, pois nele a potencialidade criadora do trabalho e a produtividade parecem ilimitadas. Daí a idealização da fábrica como modelo de organização produtiva, como espaço por natureza da racionalidade técnica, da produtividade e da valorização do trabalho.

A implantação de novos padrões de ordem e disciplina encontrou resistência por parte do homem pobre urbano, seja no espaço produtivo, seja no âmbito do conjunto do social. No espaço produtivo, a luta que se travou foi pela conservação da relativa autonomia e do saber fazer do trabalhador. Para muitas categorias de trabalhadores (artesãos ou artistas) a introdução da máquina, ao mesmo tempo que alterava o ritmo do processo de trabalho, aumentando a vigilância e a disciplina, provocava a expropriação do saber operário. O período objeto deste estudo parece assistir a um norte lento mas inexorável do artesão ou artista. No terreno da sociedade como um todo, a vasta empresa de normatização e moralização empreendida pelas elites dominantes, encontra resistência nos comportamentos "desviantes", nas formas de lazer, de pensar, de agir e nas práticas consideradas perniciosas e tradicionais, expressas pelas camadas populares.

Data da Defesa: 09/09/88

Orientador: Mauro Guilherme Pinheiro Koury